

Os dez anos da 'nova' lei antitruste

ARTIGO

Fabrizio A. Cardim de Almeida
Sócio de Souza, Mello e
Torres Advogados

N o ano em que se comemoram dez anos de vigência da "nova" Lei de Defesa da Concorrência (n.º 12.529/2011), faz-se oportuno refletir sobre a transformação que vem sendo dada por ela aos processos de fusões e aquisições no País.

A lei antitruste reestruturou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e introduziu o sistema de notificação prévia (ex ante) de atos de concentra-

ção econômica (fusões e aquisições). Indiscutivelmente, essa foi a maior inovação da lei e que causou grande impacto sobre o modo como operações de fusões e aquisições são conduzidas por empresas, fundos, bancos de investimento e escritórios de advocacia.

Durante este período, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) analisou cerca de 4.700 operações, a um tempo médio geral de análise de até 29 dias. Os setores que mais tiveram operações analisadas pelo Cade foram energia elétrica, saúde, petróleo e gás natural e tecnologia.

Nos últimos dois anos, a pandemia de covid-19 provocou a deterioração dos preços

de diversos ativos, que passaram a ser alvo de ofertas por empresas concorrentes. O nível crescente de concentração em diversos setores da economia tornou a análise concorrencial das operações muito mais complexa, alargando o escopo da análise tradicional para efeitos de processos de verticalização e fechamento de mercados.

Hoje, o "risco Cade" deixou de ser atribuído a eventual falta de capacidade por parte da autarquia para a análise tempestiva de operações, mas sim à possibilidade de o Cade impor remédios robustos ou, até mesmo, reprovando operações em razão dos altos níveis de concentração identificados.

Do ponto de vista privado,

Realidade exigirá a aplicação dos dispositivos a mercados disruptivos e níveis de concentração nunca antes analisados

as negociações de fusões e aquisições também se tornaram mais complexas. É muito comum hoje a preocupação

desde o início do processo com a troca de informações no âmbito de auditorias (risco de *gun jumping*), planejamento dos ativos, bem como a alocação de riscos antitruste no contrato de compra e venda.

Os próximos dez anos prometem ser bastante desafiadores e exigirão a aplicação contínua e rigorosa da lei. Com a digitalização da economia mundial, crescente concentração e formação de conglomerados globais que controlam parcela importante da capacidade de oferta de produtos e serviços (oligopólios), a realidade exigirá a interpretação de dispositivos da lei a mercados disruptivos e níveis de concentração nunca antes analisados. ●

Empréstimos Às vésperas das eleições

Caixa planeja prazo de 35 anos para contratos do Casa Verde e Amarela

Banco aguarda publicação de medida provisória que vai permitir mudança em financiamento atrelado ao FGTS

CIRCE BONATELLI

A Caixa Econômica Federal planeja oferecer, a partir de 1.º de setembro, financiamento imobiliário com prazo de pagamento de até 35 anos dentro do Casa Verde e Amarela (CVA). Atualmente, o prazo máximo para esse tipo de operação é de 30 anos.

A informação foi dada ao *Estado* Broadcast pelo diretor executivo de habitação da Caixa, Rodrigo Wermelinger. "A medida vai ajudar a colocar mais gente para dentro desse mercado", afirmou ele, após participar de um debate sobre habitação popular com empresários no Sindicato da Habitação (Secovi-SP), em São Paulo.

Segundo Wermelinger, é esperada para hoje a publicação de uma medida provisória pelo governo federal ampliando o prazo limite para financiamentos imobiliários com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de 30 para 35 anos. O Casa Verde e Amarela é o principal destino dos recursos do fundo.

O banco estatal já trabalha

com prazo de financiamento de 35 anos fora do programa habitacional, em linhas de crédito que contam com recursos da caderneta de poupança. A nova medida é bastante aguardada por empresários do setor da construção, pois o aumento no prazo de pagamento no CVA permitiria maior diluição do valor das parcelas do imóvel ao longo do tempo – estimando o fechamento de novos contratos.

DESEMBOLSO. Um financiamento de R\$ 200 mil em 30 anos, por exemplo, gera hoje parcelas iniciais de R\$ 1.686.

"A nossa carteira é paga pelos clientes em dez anos, em média. Sempre que ganham o décimo terceiro ou um dinheiro extra, procuram amortizar."

Rodrigo Wermelinger
Diretor executivo de habitação da Caixa

Esse valor cairia para R\$ 1.607 (considerando uma taxa de 7% ao ano no Sistema SAC) com um prazo de financiamento de 35 anos.

O pano de fundo para a edição da nova medida provisória é a disparada nos custos de construção, que fez muitos empresários suspenderem lança-

mentos de projetos dentro do programa habitacional porque as contas não fechavam mais. A partir daí, houve uma articulação dos empresários no governo federal e no conselho do FGTS para aumentar subsídios à população atendida pelo CVA, reduzir taxas de juros e ampliar a faixa de renda dos beneficiários.

O diretor de habitação da Caixa disse que não espera grandes dificuldades operacionais com o prazo ampliado nas linhas do FGTS. "A nossa carteira de crédito imobiliário é paga pelos clientes em dez anos, em média. Sempre que ganham o décimo terceiro ou um dinheiro extra, procuram amortizar", contou.

Na média, a inadimplência na carteira habitacional é inferior a 2%. Wermelinger não abre o dado das linhas do FGTS, mas disse que estão controladas e não são motivo de preocupação.

A Caixa hoje responde por 99,9% dos empréstimos com recursos do FGTS. Até 2014, a sua participação era de 80%, ficando a fatia restante com o Banco do Brasil, que foi saindo aos poucos do ramo. De janeiro a julho, as contratações da Caixa no segmento atingiram R\$ 34,8 bilhões. ●

Política monetária Contraste com o discurso do governo

Presidente do BC evita festejar queda de preços e vê ainda 'muito a fazer

LORENNA RODRIGUES
EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA

Em contraste com o discurso do governo, que comemora repetidamente a deflação pontual de julho, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem não celebrar o recuo nos índices de inflação registrado recentemente. "Ainda há muito trabalho a fazer", afirmou. "Maior parte do trabalho do BC ainda não impactou preços."

Segundo ele, o histórico inflacionário brasileiro fez com que o BC evitasse "fazer pouco" no combate à alta de preços para não correr o risco de o País cair em recessão. "Todo banco central tenta evitar dois erros: fazer demais ou não fazer o suficiente. Bancos centrais de países com histórico de inflação menor, como o Chile, podem arriscar mais. No caso do Brasil, temos uma memória muito vívida de inflação alta e estamos sempre tentando evitar o risco de fazer pouco e pagar com uma recessão", disse.

No 18.º International Investment Seminar, promovido pelo Moneda Asset Management, em Santiago, Chile, Campos Neto previu três meses de deflação decorrentes das medidas adotadas pelo governo para baixar o preço dos combustíveis. Mas ressaltou outras variáveis, como questões sobre taxa de equilíbrio de desemprego no Brasil. "Ainda vemos inflação de servi-

ços subindo, com moderação em núcleos", disse.

Para ele, há incertezas diante com as eleições – sobre qual será a âncora fiscal a ser adotada no próximo governo. Ele ressaltou que parte da melhora fiscal registrada pelo atual governo, com a arrecadação em alta, decorreu da inflação e da mudança de consumo, que, com a pandemia, foi direcionado para bens – que pagam mais impostos, em vez de serviços, menos tributados.

O presidente do BC afirmou que a queda nos preços de energia poderá levar a inflação a cair de 9% para 5% ou 4% ao ano. "Já o trabalho de reduzir a inflação de 4% para 2% é diferente. Precisamos estar preparados."

Opostos
Campos Neto observa que países da OCDE revisam o PIB para baixo e o Brasil, para cima

Campos Neto acrescentou que o Brasil começou a subir os juros com mais agilidade do que outros países. "Os mercados dizem que a maior parte do trabalho no Brasil está feito", afirmou. Sobre a variação do Produto Interno Bruto (PIB), afirmou que os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revisaram as previsões de crescimento para baixo, enquanto no Brasil as projeções estão sendo mudadas para cima, em parte graças a medidas do governo. ●